



PARECER JURÍDICO AO PROJETO DE LEI Nº 74/2019.

Eminente Presidente,
Eminentes Vereadores,

Submete-se a apreciação desta Procuradoria o Projeto de Lei nº 74/2019, subscrito pelo Executivo Municipal, dispondo sobre alteração da Lei nº. 2.039, de 27 de novembro de 2006 que criou o Programa de Economia Solidária, o chamado "vale feira" e dá outras providências, nos termos que a especifica.

A princípio, antes de adentrarmos ao ponto apical, pode se observar que o Projeto de Lei em apreço, encontra-se redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, além de trazer assunto sucintamente registrado na ementa.

Observa-se, ainda, que o subscritor articulou justificção por escrito, atendendo a preceito regimental. A distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa, não merecendo qualquer reparo.

Destarte, quanto ao presente projeto de lei, nenhum óbice de ordem técnico-formal e/ou material existe, não havendo qualquer inconstitucionalidade, portanto, a serem apontadas.

À luz do exposto, dispensando por supérfluas outras tantas considerações, emitimos parecer favorável à tramitação do projeto, pelos motivos acima alinhados.

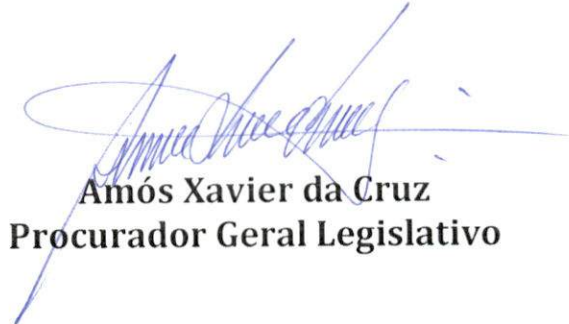
Às doudas Comissões Permanentes, por preceito regimental, observado sempre as formalidades legais e cautelas de estilo.

Ressalta-se que a opinião jurídica ora exarada não tem força vinculante.

É o parecer, s.m.j.



Itapemirim, 17 de janeiro de 2020.



Amós Xavier da Cruz
Procurador Geral Legislativo



Melquisedeque Gomes Ribeiro
Assessor Jurídico